

i

13-04-2012

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Cultura

Dimensão: 973

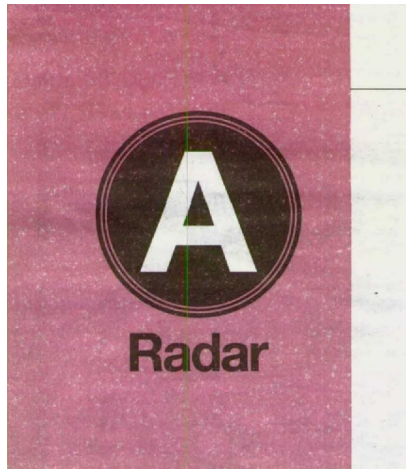
Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



Declaração de "afinidades políticas". Aberto inquérito oficial

RADAR A Comissão Nacional de Protecção de Dados abre um inquérito ao caso do instituto do Estado que pediu aos colaboradores uma declaração sobre afinidades políticas. A secretaria de Estado da Cultura diz que a questão está resolvida. // **PÁGS. 2-3**



Citações

“Não se pode conceder semelhante anomalia. Não sejamos inocentes, pedir afinidades políticas não é inocente”

Isabel Santos
DEPUTADA DO PS

“O erro vem de trás. A norma que dá origem à Portaria n.º 9/2012 nasce no governo Sócrates, é a Portaria 371A/2010, de 23 de Junho”

“É abusivo impor ao contratado que diga tudo isto [o que vem na lei]. Ninguém é obrigado a saber a relação dos parentes com terceiros”

“A lei abrange o cônjuge ou pessoa com quem vive em economia comum, o que é um atentado à vida privada. A lei de protecção de dados pessoais diz que tem de haver consentimento inequívoco do próprio”

João Amaral e Almeida
SÉRVULO & ASSOCIADOS

A investigação tem como objectivo averiguar os factos. O Partido Socialista também quer respostas do executivo
GETTY IMAGES

“AFINIDADES POLÍTICAS”. COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS ABRE INQUÉRITO

A notícia publicada no *i* fez disparar o alarme. São várias as entidades que querem explicações do governo, que diz que o assunto já está resolvido



ISABEL TAVARES
isabel.tavares@ionline.pt

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNDP) abriu um inquérito depois de o jornal *i* ter publicado uma notícia sobre um organismo do Estado que pediu aos seus trabalhadores com recibos verdes que assinassem um documento a registar que não têm "afinidades políticas" com outros colaboradores e ex-funcionários desses serviços.

O secretário de Estado da Administração Pública diz que desconhece o assunto, mas da secretaria de Estado da Cultura chegou uma resposta diferente: "Sabemos do que se trata e em que organismo aconteceu. Foi um mal-entendido e a questão já foi resolvida."

A abertura do inquérito foi confirmada ao *i* pela secretária-geral da CNDP, Isabel Cruz, que explicou que não pode dar mais esclarecimentos sobre o assunto até ao encerramento do processo, o que deverá levar "alguns meses".

O primeiro passo é a "recolha de provas". "Só depois disso tomaremos uma decisão", diz. Na altura da publicação da notícia, a CNDP considerou a declaração inadmissível. Agora decidiu entrar em campo e averiguar responsabilidades. A assessora da CNDP, Clara Guerra, tinha já afirmado que o documento "não respeita em nada a portaria [n.º 9/2012, de 10 de Janeiro] em causa", cuja redacção não tem qualquer alusão a questões partidárias. "Está fora de questão uma pessoa ter de declarar as suas afinidades políticas", lamentou. A declaração em causa ia mais longe, falando em "interesses económicos" e "relações familiares".

Também o Partido Socialista apresentou um requerimento ao ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, por "violação de direitos fundamentais na aplicação da Portaria n.º 9/2012".

A deputada do PS, Isabel Santos, diz que leu o artigo e ficou maldisposta. "Isto é o espírito pidesco a entrar na administra-

ção pública, o que é intolerável. É uma clara violação dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e também daqueles que prestam serviços ao Estado", afirmou.

Na opinião da deputada, para não haver abusos interpretativos "devia existir uma minuta que evitasse outras declarações

que exorbitam o que pode ser pedido".

O jornal *i* tentou diversas vezes obter um comentário do governo. Do Ministério das Finanças chegou um email a dizer que "o secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, não tem conhecimento do assunto". Antes o gabinete tinha já comunicado a inexistência de uma minuta da declaração que, por lei, todos os avençados do Estado têm de assinar para renovar o seu contrato de prestação de serviços.

Para a deputada Isabel Santos, "tudo isto resulta do espírito que se está a criar, de fragilização dos laços laborais". "Uma fragilidade extrema. Os que têm laços sólidos têm medo, as pessoas que estão numa situação mais frágil sentem-se completamente desprotegidas. Apelo para essas pessoas, para que denunciem estas situações, porque só assim conseguirão defender-se. É para isso que existem as leis e os tribunais", diz.

O PS apresentou um requerimento a Vítor Gaspar por violação de direitos fundamentais

A declaração está a gerar polémica, mas a lei também é criticada por juristas

CNDP. Existem mais de 17 mil processos por ano

A comissão nacional é da mais pequenas da Europa em recursos humanos, mas das mais produtivas

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNDP) tinha, no ano passado, mais de 17 mil processos em mãos. Só este ano já foram abertos cerca de 4 mil.

Os números são da secretária-geral da instituição, Isabel Cruz, que explicou ao *i* que nem todos os processos resultam de queixas, que são, aliás, uma minoria. Trata-se em grande parte de autorizações. Uma percentagem menor resulta de registos, pareceres e queixas de cidadãos ou processos abertos oficialmente, ou seja, por iniciativa da própria comissão.

O número de contra-ordenações tem vindo a aumentar e de 303 em 2006 passou para perto de 900. O número de coimas passou de 47 em 2006 para 260 cinco anos depois.

Em 2010, o número total de processos entrados na CNDP foi de 9894, ligeiramente menos que no ano anterior. No mesmo período foram encerrados 10 848, invertendo-se pela primeira vez a relação entre processos entrados e terminados.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados é das mais pequenas da Europa, em termos de recursos humanos: 21 trabalhadores, no total. No entanto, tem vindo a revelar-se das mais produtivas. As comissões de protecção de dados de outros países, mesmo dos mais pequenos, como a Holanda ou a Grécia, têm na casa dos 150 a 180 trabalhadores.

A CNDP é uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República. Tem como atribuição genérica controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei.